



Célio Azevedo

AVANÇO Senadores da CCJ acolhem projeto substitutivo de Serys Slhessarenko (terceira à esquerda) que visa coibir o aumento de agressões no ambiente familiar

Comissão aprova mais rigor contra violência doméstica

A Comissão de Justiça acolheu ontem projeto que inclui no Código Penal a punição contra a violência doméstica, que passa a ser considerada modalidade especial do crime de lesão corporal. Esse crime receberá penas de um a cinco anos de prisão, segundo a proposta, que vai agora ao exame do Plenário do Senado. As agressões constituem a principal causa de morte entre jovens de 5 a 19 anos.

Página 5



Fotos: Marcos Michelin/Estado de Minas



Ministro pede rápida votação da reforma do Judiciário

Vice-presidente do STJ, Edson Vidigal espera que senadores agilizem reforma do Judiciário, votando pontos que já obtiveram consenso.

Página 4

Costa e Crivella propõem CPI para imigração ilegal

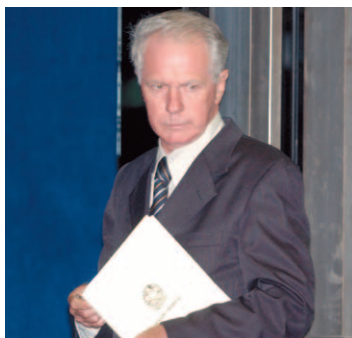
Os senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella e o deputado João Magno desembarcaram ontem em Belo Horizonte na companhia dos 277 brasileiros deportados dos Estados Unidos, onde estavam presos por tentativa de ingresso ilegal no país. Costa afirmou

que, juntamente com Crivella, irá propor a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a atuação de máfias que aliciam brasileiros e os enviam irregularmente ao exterior. Até abril são esperados mais três vôos com 1.100 deportados.

Página 8

Sem acordo, Plenário não vota medidas provisórias

Página 3



Roosevelt Pinheiro

ALEGRIA Camata diz que os capixabas estão em festa com a nomeação de dom Braz

Camata saúda novos cardeais brasileiros

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) saudou os três novos cardeais brasileiros que foram nomeados pelo papa João Paulo II. Em comunicação de liderança feita ontem, o senador apresentou um resumo biográfico de dom João Braz de Aviz, dom Raymundo Damasceno Assis e dom Walmor Oliveira de Azevedo.

Ex-bispo-auxiliar de Vitória, atualmente arcebispo de Maringá (PR), dom João Braz, 56 anos, será o próximo cardeal-arcebispo de Brasília, no lugar de dom José Freire Falcão.

– Os capixabas estão em festa. Em nome do PMDB e da maioria católica dos senadores, quero saudar os novos cardeais – disse Camata.

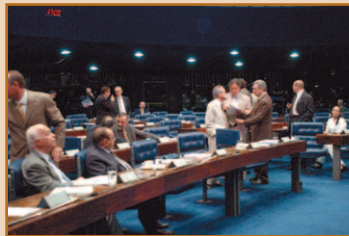
O novo cardeal-arcebispo de Aparecida do Norte (SP) será dom Raymundo Damasceno, 66 anos, hoje bispo-auxiliar de Brasília. Ele irá suceder a dom Aloísio Lorscheider.

O terceiro nomeado é dom Walmor Oliveira de Azevedo, 49 anos. Atualmente bispo-auxiliar de Salvador, ele irá substituir o cardeal-arcebispo de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo.

Agenda

Plenário dá prioridade a votação de MP

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, dará prioridade à votação da medida provisória (MP 136/03) que tranca a pauta de votações da Casa. A proposta, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em autarquia e trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, não foi votada ontem por falta de acordo entre os líderes partidários. Até a votação da medida, o Plenário não pode analisar nenhum outro projeto.



CAE vota empréstimo para Curitiba

Em discussão hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne às 10h, mensagem (Msg 283/03) que autoriza o município de Curitiba a obter empréstimo de até US\$ 80 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia do governo brasileiro. Os recursos devem financiar parte do Programa de Transporte Urbano de Curitiba II.

Comissão Mista de Orçamento continua a analisar PPA

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) continua a analisar hoje, às 10h, o projeto do Plano Plurianual (PLN 30/2003). Serão analisados ainda mensagens e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.

Senadores falam da volta de brasileiros

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouve hoje, às 10h, os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Hélio Costa (PMDB-MG) sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação de brasileiros detidos nos Estados Unidos. O primeiro voo, com 277 deportados, chegou ontem e outras três viagens estão previstas. A comissão vota ainda projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais.

Pirataria é tema de programa na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 12h, um especial sobre o problema da pirataria no Brasil. No ano passado, vários artistas vieram ao Congresso pedir maior rigor



no combate à comercialização de produtos piratas, que causa grandes prejuízos à indústria fonográfica e de cigarros, entre outras.

Radiodifusão na pauta da CE

Na pauta da primeira reunião deste ano da Comissão de Educação, na próxima terça, às 10h30, estão 60 projetos de decreto legislativo (PDLs) que aprovam atos de outorga ou renovação de concessões e permissões para serviços de radiodifusão. A comissão é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

Tribunais terão novos cargos

Na próxima quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá votar parecer do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto (PLC 7.493/02) que cria cerca de três mil cargos nos Tribunais Regionais Eleitorais. As funções poderão ser preenchidas até 2006, dependendo de verba.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Franklin e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

MODELO Paulo Octávio propõe uma nova política de transportes para o país

Paulo Octávio faz defesa do trem-bala

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu ontem a implantação de um trem de alta velocidade entre a capital do país e Goiânia. O senador falou da viagem que fez com os governadores do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), para conhecer o trem-bala da Espanha.

Para Paulo Octávio, o projeto é “como um vetor de crescimento e de empregos”.

– Voltei certo de que devemos repensar a nossa política de transportes, que prestigia as rodovias – disse.



Roosevelt Pinheiro

ATENDIMENTO Serviços de telefonia no Acre são de péssima qualidade, critica o senador

Mesquita Júnior quer fiscalizar telefonia móvel

Ao denunciar que as empresas de telefonia móvel instaladas no Acre prestam um péssimo serviço aos consumidores, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) defendeu que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deveria dar aos empresários o mesmo tratamento que vem dispensando às rádios comunitárias.

– Por que a Anatel não age com o mesmo rigor com relação às grandes empresas? – questionou.

Equipe do filme *Cidade de Deus* é homenageada

A equipe do filme *Cidade de Deus* recebeu ontem voto de louvor do Senado Federal pelas quatro indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood. A iniciativa partiu da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), de acordo com requerimento assinado por eles.

No encaminhamento da proposta, Maguito disse que o filme foi indicado aos prêmios nas categorias de diretor, roteiro adaptado, edição e fotografia, ratificando a crescente participação do cinema nacional no cenário cinematográfico mundial. Para o senador, o país foi premiado com essas indicações.

Voto de pesar pelo falecimento do jurista Caio Mário Pereira

O Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do jurista mineiro Caio Mário da Silva Pereira, de acordo com requerimento de Almeida Lima (PDT-SE). O jurista morreu na terça-feira, aos 90 anos, vítima de parada cardíaca.

Considerado pelo senador um dos maiores juristas brasileiros, Caio Mário foi consultor-geral no governo Jânio Quadros, secretário de Segurança Pública e advogado-geral de seu estado na gestão de Magalhães Pinto.

O Senado enviará também condolências aos familiares do empresário Nestor Herculano de Paula, presidente da Calçados Azaléia, que faleceu na madrugada de sexta-feira, por falência múltipla de órgãos, aos 66 anos. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor do requerimento de pesar, disse que o empresário manteve também indústria na Bahia, propiciando inúmeros empregos.

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), na presidência dos trabalhos, associou a Mesa às palavras de Antonio Carlos na homenagem a Nestor de Paula.

Senado lamenta morte do pai de José Carlos Aleluia

O Senado vai enviar voto de pesar ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) e seus familiares pelo falecimento do seu pai, Nivaldo Lins da Silva, de acordo com requerimento apresentado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

No encaminhamento da matéria, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) enalteceu as qualidades do deputado Aleluia, líder do PFL na Câmara.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



PAUTA Outras duas MPs e três projetos de decreto legislativo também aguardam votação no Plenário

Falta acordo e Senado não vota mudanças no Cade

Medida provisória que prevê a transformação do conselho em autarquia tranca a pauta do Plenário

Por falta de acordo entre os líderes dos partidos, não pôde ser votada durante a ordem do dia de ontem a Medida Provisória (MP) 136/03, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade) em autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica. De acordo com o que determina a Constituição, nenhuma outra matéria pode ser votada em Plenário quando há uma medida provisória à espera de votação. Assim, até o exame da MP, a pauta do Senado estará trancada.

Também deixaram de ser votadas ontem a MP 137/03, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Te-

souro, e a MP 138/03, que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social. Na mesma situação estão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 859, que aprova o acordo tratando da assistência jurídica gratuita no Mercosul; o PDL 891, que aprova o acordo entre o Brasil e a Nova Zelândia sobre a remuneração na área diplomática; e o PDL 892, que aprova o acordo entre o Brasil e a Bolívia para a construção de uma ponte sobre o Rio Acre.

Tourinho cobra pacto sobre partilha da Cide



MP contraria acordo firmado em 2003, diz Tourinho

Em nome da liderança do PFL no Senado, Rodolpho Tourinho (BA) analisou os termos da Medida Provisória 161/04, que define novos critérios de partilha e repasse dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Embora tenha assinalado a importância da medida para reforçar investimentos em infra-estrutura de transportes no país, o senador queixou-se da quebra de acordo firmado entre o governo, senadores e governadores de todos os partidos em torno do assunto, no final de 2003.

Em troca da aprovação da proposta de reforma tributária, o governo teria assumido, segundo Tourinho, o compromisso de editar uma MP para permitir o repasse dos recursos da Cide já em 2004. Tourinho citou pontos do acordo contrariados pela MP e, com o intuito de resgatar os termos originais do acordo, o parlamentar apresentou três emendas.

Agripino lamenta criação de cargos

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), protestou contra a Medida Provisória 163, que cria 2.797 cargos em comissão no Executivo, a serem preenchidos sem exigência de concurso público. Ele anunciou que o PFL votará contra a MP.

Para Agripino, é absurdo criar novos cargos de função gratificada porque a máquina do governo não aumentou. Além disso, acrescentou, há especialistas nos bancos de reserva do serviço público, aptos a preencher qualquer posto no governo, caso haja necessidade.

Agripino também condenou a decisão do governo Lula de comprar uma nova aeronave para a Presidência, no valor de US\$ 56,7 milhões, ou seja, R\$ 165 milhões.

– Não comprou da Embraer, para gerar empregos no Brasil, mas adquiriu de uma empresa francesa para criar empregos na França – comentou.



Agripino: máquina do governo não aumentou

Líderes apóiam processo contra Mário Calixto

Ao final de reunião realizada ontem com lideranças partidárias no Senado, o vice-presidente da Casa, Paulo Paim (PT-RS), declarou que o colégio de líderes reafirmou a decisão tomada pela Mesa de instaurar imediatamente processo contra o empresário Mário Calixto, que, apesar de condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, assumiu a vaga do senador licenciado Amir Lando (PMDB-RO).

Relator do processo de afastamento do parlamentar, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) esclareceu que só pode manifestar-se sobre o caso depois de conhecer a sentença proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) que cassou os direitos políticos de Calixto em outubro do ano passado.

– Com a chegada dos documentos, farei um estudo com base no que determina a Constituição federal, o Regimento Interno e a legislação pertinente. Analisarei se a condenação é compatível com o exercício do mandato parlamentar e garantirei o prazo de cinco dias para que o senador possa exercer seu direito de defesa.

O relator explicou ainda que sugerirá a adoção de um procedimento à Mesa do Senado. Votada a decisão pela Mesa, Calixto ainda poderá apresentar recurso ao Plenário.

Em nota divulgada à imprensa, Mário Calixto disse que a comunicação feita pelo TRE ao Senado sobre sua condenação “foi extemporânea”, configurando “manifesto abuso de autoridade e clara violação à legislação penal”.

PEC paralela

Na mesma reunião, os líderes discutiram a pauta da convocação extraordinária. Presente ao encontro, o ministro Aldo Rebelo, da Articulação Política, afirmou que o governo mantém compromisso de aprovar na Câmara, tão logo quanto possível, a proposta de emenda constitucional que atenua os efeitos da reforma da Previdência (PEC paralela).

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou proposta, aprovada por unanimidade, para que cada liderança no Senado entre em contato com o líder do seu partido na Câmara para solicitar agilidade na votação da matéria.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Vice-presidente do STJ expõe para senadores, em audiência na Comissão de Justiça, a posição dos juízes do tribunal sobre a proposta em exame na Casa



SOLUÇÃO Vidigal (ao lado de Lobão e Demostenes): súmula vinculante resolveria metade dos problemas

Vidigal quer logo votação dos pontos consensuais

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, pediu ontem aos senadores que agilizem a reforma do Judiciário, votando durante a convocação extraordinária os dispositivos da proposta da Câmara que já obtiveram consenso, para imediata promulgação.

Na audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ministro disse que transmitia posição unânime dos juízes do STJ em torno dos pontos que poderiam ser votados. Ele citou a súmula vinculante, o controle externo e a criação da Escola Nacional da Magistratura.

– Não podemos perder tempo na convocação. Devemos focar em aspectos consensuais e deixar as questões polêmicas para serem votadas ao longo da sessão legislativa deste ano.

O ministro salientou que a Justiça passou a sofrer “grandes cobranças” da sociedade e que precisa da reforma para se tornar mais eficaz. O STJ, que começou a operar com quase 8 mil processos, possui hoje 216.996, segundo Vidigal. Ele aponta como uma das soluções para esse problema o aumento do número de juízes de primeiro grau. “Precisamos de 5 mil vagas na Justiça Federal.”

Controle interno

Vidigal afirmou ser favorável à súmula vinculante e manifestou-se contrário à súmula impeditiva de recurso, como defende a associação que congrega os magistrados. As instâncias de controle interno do Judiciário mantêm, entre os seus integrantes, representantes dos próprios “supervisionáveis”, o que, na opinião do ministro, coloca em questão a confiabilidade desse sistema, já que as decisões são tomadas por voto. Ele apóia a criação de um Conselho Nacional de Justiça para fiscalizar as decisões do Judiciário, tornadas públicas pelo *Diário Oficial*, que usaria uma linguagem mais acessível aos cidadãos.

A instituição de uma Escola Nacional de Magistratura permitirá, na sua avaliação, que os juízes se atualizem permanentemente. O vice-presidente do STJ criticou o atual modelo de recrutamento de juízes, cujos concursos acabam se revelando verdadeiras gincanas, “com sucessivas pegadinhas em que muitos candidatos com vocação acabam caroneados”. Vidigal disse que não vê obstáculo à aprovação da emenda que inclui os crimes contra os direitos humanos na competência da Justiça Federal.

– O Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser transformado em Corte puramente constitucional. Não podemos ter o STJ como tribunal de passagem e o STF como tribunal de quarta instância – afirmou Vidigal. Nas respostas a Demostenes, Vidigal fez uma veemente defesa da súmula vinculante, como meio de reduzir o grande número de processos e, principalmente, de recursos, melhorando em consequência a qualidade do trabalho dos magistrados.

“STJ não pode ser um tribunal de passagem”

Uma melhor definição das atribuições dos tribunais superiores foi defendida pelo vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, em audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a proposta de reforma do Judiciário.

Ele disse que a medida faria com que as competências dos tribunais superiores sejam reforçadas e que menos processos sejam levados para seu julgamento. A afirmação foi feita em resposta a questões levantadas pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que, na reunião, atuou como relator, em substituição ao senador José Jorge (PFL-PE).

– O Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser transformado em Corte puramente constitucional. Não podemos ter o STJ como tribunal de passagem e o STF como tribunal de quarta instância – afirmou Vidigal.

Nas respostas a Demostenes, Vidigal fez uma veemente defesa da súmula vinculante, como meio de reduzir o grande número de processos e, principalmente, de recursos, melhorando em consequência a qualidade do trabalho dos magistrados.

– Vamos experimentar a súmula vinculante? Se os senhores nos entregarem a súmula vinculante, teremos a metade dos problemas do Judiciário resolvida no país. Sem a súmula, teríamos que parar o STJ por quatro anos e meio somente para resolver as ações sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – ilustrou, registrando que há 4

milhões de ações sobre o assunto na primeira instância, 30 mil delas já no STJ.

Quarentena

Vidigal se manifestou também favorável à quarentena para juízes. A proposta em análise na CCJ, como destacou Demostenes, prevê que o magistrado só pode voltar a advogar três anos depois de deixar a magistratura.

– É preciso que haja um período de desligamento e de distância para, depois, ser tratado pelos seus ex-colegas como um advogado e não como um ex-colega. Atualmente, há, inclusive, situações constrangedoras – comentou o ministro.

– Ao citar o nepotismo, Vidigal declarou que é favorável à proibição de se contratar familiares de magistrado até o terceiro ou quarto grau, e que esses parentes também sejam submetidos a quarentena. Ele concorda ainda com o estabelecimento de idade mínima para ingresso na magistratura e que o concurso para juiz exija prática da advocacia.

O vice-presidente do STJ condenou a idéia de que “tudo se resolve com uma emenda constitucional ou medida provisória”. Para ele, é preciso reformar a base institucional do Estado. Nesse tocante, disse, a reforma do Judiciário é apenas parte do que precisa ser feito.

Durante o debate com os senadores, Vidigal também criticou as freqüentes decisões adotadas por meio de liminar, dada sua longa duração. “O advogado já pede a liminar porque sabe que a decisão vai demorar mesmo”, argumentou Vidigal.

Tião Viana é contra fatiamento da proposta e idade mínima

Durante a audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), manifestou-se contra o “fatiamento” da reforma do Judiciário, a exemplo do que foi feito com a reforma da Previdência – divisão em mais de uma proposta de emenda constitucional. Viana também afirmou ser contra a exigência de idade mínima para ingresso na magistratura.

Ele pediu mais presença dos se-

nadadores nas discussões sobre o Judiciário e sugeriu que a súmula vinculante, ponto polêmico da reforma, seja adotada para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a súmula impeditiva para os demais tribunais.

Sobre a questão da idade para ingresso na magistratura, Edson Vidigal lembrou que um magistrado precisa ter prudência, virtude que só se adquire com o tempo, em sua opinião. Ele disse que para ingressar na carreira são exigidos

notável saber jurídico e probidade, mas que prudência também é característica necessária.

Excesso de recursos

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou o excesso de possibilidades de recursos existentes no processo judicial brasileiro e criticou a grande quantidade de leis constitucionais, além da contratação de pessoas “muito jovens” para o exercício do cargo de juiz. O senador pediu ainda mais igualdade entre os Poderes.

O vice-presidente do STJ concordou que há excesso de recursos e afirmou que há quem utilize esses instrumentos com o propósito de atrasar os processos por muitos anos. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) discutiu a questão do foro privilegiado para julgamento de autoridades. Vidigal ressaltou que o problema é complexo e precisa ser mais bem examinado e debatido.

Para o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), sem a reforma

do Judiciário e a reforma política nada andrà no país.

O ministro Edson Vidigal concordou com as colocações do senador e disse que o Judiciário, para funcionar bem e ter maior agilidade, necessita da criação da Escola Nacional da Magistratura, de um Conselho Nacional de Justiça, além da presença de um corregedor de Justiça. Somente dessa maneira, observou, “os juízes serão de fato juízes e não meros despachantes”.



Célio Azevedo

PROBLEMA Serys (E), ao lado de Iara Bernardi, afirma que agressões no lar atingem milhares de pessoas

Violência doméstica pode ser combatida por nova lei

■ Comissão aprova substitutivo de Serys a projeto que amplia repressão a essa modalidade de crime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) relativo a projeto de lei da Câmara (PLC 102/03) que incluiu no Código Penal a punição contra a violência doméstica, que passa a ser acolhida como modalidade especial do crime de lesão corporal. Foi aprovada uma emenda ao projeto, apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). Segundo o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), trata-se de emenda de redação. A matéria deverá agora ser examinada pelo Plenário do Senado Federal.

O texto do substitutivo determina que crimes de lesão corporal cometidos com abuso de situação doméstica receberão

pena de reclusão de um a cinco anos. O projeto de lei considera crime de violência doméstica quando a lesão corporal é cometida contra cônjuge ou pessoa ligada por parentesco natural, civil ou afinidade. A vítima pode estar sob guarda ou vigilância do agressor, ou ainda o crime pode ter sido cometido por pessoa que conviva ou tenha relação de hospitalidade com a vítima.

Serys Slhessarenko, em seu parecer, destaca que a violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, na maioria das vezes de forma silenciosa e dissimulada. Acomete ambos os sexos sem relação com o nível social, econômico, religioso ou cultural. O crime, destacou Serys, traz sofrimento indescritível, principalmente quando cometido contra crianças.

De acordo com o Ministério da Saúde, informou Serys, as agressões constituem a principal causa de morte entre jovens de 5 a 19 anos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância

(Unicef) estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes são espancados no Brasil. Esses dados são limitados, uma vez que na maioria dos casos esse tipo de crime é cometido de maneira oculta.

A emenda aprovada torna mais claro que o crime de violência doméstica é resultado de lesões corporais cometidas por pessoas que não necessariamente sejam parentes de sangue, mesmo nos casos em que haja apenas relações de hospitalidade.

Demostenes Torres alterou a redação da lei, sem modificar o mérito e nem a pena aplicada. O senador destacou que a violência doméstica é um dos principais problemas enfrentados pela população mundial e que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida pelas mulheres em suas residências. A autora do projeto original é a deputada Iara Bernardi (PT-SP), presente à votação.

Saturnino simplifica detalhamento do PPA

Reunido ontem com vários líderes partidários, o relator do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), concordou em aglutinar os investimentos de valores mais baixos na área de infra-estrutura. O excesso de detalhamento vem sendo criticado pelos partidos de oposição, que ponderam que o PPA menciona até a construção de guaritas na entrada de edifícios públicos. O PPA indica os projetos que receberão investimentos até o final de 2007.

A aglutinação dos projetos será feita até terça-feira, quando a Comissão Mista de Orçamento deverá se reunir para começar a discussão e votação do parecer do relator.

Conforme Saturnino, a idéia é juntar todos os projetos de infra-estrutura com valores inferiores a R\$ 10 milhões. Já os investimentos em áreas sociais terão um teto menor nessa revisão.

– Um projeto cultural de R\$ 10 milhões tem a maior importância na sua área, mas o mesmo valor não tem tanta importância, por exemplo, na área de transportes – explicou o relator.

Na mesma reunião, o governo manteve a posição contrária à idéia de Roberto Saturnino de reduzir nos próximos três

anos o superávit primário do governo (sobra em caixa antes do pagamento de juros), destinando a diferença a investimentos federais. Para superar o impasse, Saturnino propôs que o assunto só seja tratado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 (LDO), que será discutida pelo Congresso no segundo semestre.

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), sustentou que ao governo “interessa um PPA o mais claro possível” e a manutenção do superávit primário em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) “mostra com clareza a política fiscal do governo”.

Essa parte do PPA, na visão de Virgílio Guimarães e de Roberto Saturnino, deverá ser decidida no voto, na Comissão Mista de Orçamento.

Saturnino disse acreditar que seu relatório começará a ser discutido na comissão na próxima semana, podendo ocorrer a votação final ainda durante a convocação extraordinária do Congresso, que irá até o dia 13 de fevereiro.

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), já convocou nova reunião, que deverá ser realizada na tarde de terça-feira.



Márcia Kolime

PREVISÃO Saturnino acredita que redução do superávit primário será decidida no voto, na Comissão Mista de Orçamento

Prorrogada análise de projeto que cria cargos na Justiça Eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar na próxima reunião, marcada para quarta-feira, parecer do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a projeto de lei da Câmara (PLC 7.493/02) que cria 3.009 cargos e funções nos quadros dos tribunais regionais eleitorais, e

que deverão ser preenchidos até 2006. O projeto também transforma 126 cargos em comissão de chefe de cartório de zonas eleitorais em 179 funções comissionadas de mesma denominação.

O projeto, proposto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já aprovado pela Câmara dos

Deputados, deveria ser examinado na reunião da CCJ de ontem, mas o senador Antonio Carlos observou que não poderia relatar a matéria uma vez que havia recebido o processo na tarde de terça-feira.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou que o projeto deveria ser

votado pelo Plenário na sessão da última terça-feira, mas a apresentação de um requerimento forçou o colegiado a dar parecer sobre a juridicidade da proposta, que entraria na condição de pauta extra na reunião daquele dia.

De acordo com o projeto, os novos cargos e funções serão

preenchidos de forma gradual, até 2006, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários. Na justificativa, o TSE observou que, com a aprovação do projeto, serão extintas 5.568 gratificações, pagas a título de *pro labore* a funcionários requisitados que não pertencem aos seus quadros.

Senadores cobram ajuda do governo ao Nordeste

Providências do governo federal para amenizar os efeitos das chuvas que caem nos estados nordestinos, onde vários municípios se encontram em situação de calamidade, foram exigidas ontem, em discursos no Plenário, pelos senadores Mão Santa, Sérgio Guerra e Efraim Moraes. Segundo os parlamentares, o Executivo está se omitindo na adoção das medidas de emergência que o problema requer. Eles também lamentaram a fato de ministros não terem viajado a estados da região, a fim de conhecer de perto a situação de calamidade.

MÃO SANTA



Roosevelt Pinheiro

Piauí nunca esteve tão abandonado

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apelou ao governo federal para que socorra o Piauí, diante da situação de calamidade provocada pelas chuvas. Segundo ele, o estado já se acostumou a sofrer com secas e enchentes, mas nunca esteve tão desassistido e abandonado como está agora.

– Ministros desse governo só vão até o Piauí para fazer propaganda, como foi o caso da comitiva de 40 deles que quiseram visitar Guaribas para acompanhar o presidente Lula e lançar o programa Fome Zero. Para ver calamidade eles não vão, nem mesmo Ciro Gomes, da Integração Nacional, que teria obrigação de socorrer os estados que estão em situação calamitosa.

O senador protestou contra a decisão do Banco do Brasil de suspender o crédito de custeio para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Piauí, depois que os gerentes das agências no estado fizeram cadastro e seleção dos agricultores a serem beneficiados.

Mão Santa pediu providências do governo federal para liberar as verbas a tempo, para plantio da safra de 2004.

SÉRGIO GUERRA

Promessas para a região não foram cumpridas

Dizendo-se revoltado com o que chamou de “irresponsabilidade” do governo, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que esperava uma outra atitude do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à calamidade e às mortes provocadas pelo excesso de chuvas no Nordeste. Ele lembrou que Lula é nordestino e conhecedor dos problemas daquela região.

– O governo federal está faltando, de forma dramática, com os compromissos assumidos com o Nordeste. Não cumpriu rigorosamente nada do que prometeu. A recriação da Sudene não deu em nada e os recursos já não estão disponíveis, pois retiraram a urgência do projeto de lei. A região continua a ser uma prioridade focal, mas não uma prioridade real. O governo não dá uma palavra. Não vemos um ministro sequer visitando o Nordeste – afirmou.

Para Sérgio Guerra, o governo tem sido insensível em relação aos problemas enfrentados pelos nordestinos. Enquanto aumentam as mortes na região, o governo “apenas patrocinou uma festa de transmissão de cargos sem nenhum efeito prático”, disse ele.



Roosevelt Pinheiro

EFRAIM MORAIS



Roosevelt Pinheiro

Questão precisa ser tratada com sensibilidade

Ao ler artigo do colunista Villas-Bôas Corrêa, do *Jornal do Brasil*, com críticas ao governo federal pelo “descaso” para com a situação de calamidade pública em vários estados nordestinos, o senador Efraim Moraes (PFL-PB) apelou ao presidente da República e seus ministros para que tratem a questão “com maior sensibilidade”.

Efraim Moraes observou que, enquanto o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), procura atender aos desabrigados com os poucos recursos disponíveis e nomeou secretários do estado para coordenar o socorro à população, o governo federal nem sequer enviou algum dos seus ministros para visitar as localidades mais atingidas pelas chuvas.

– Até às 13h de hoje (ontem), 13 paraibanos tinham morrido e mais de 7 mil pessoas estavam desabrigadas no estado. Mesmo assim, o presidente Lula prefere se encantar com desfiles na Índia e ficar aguardando a inauguração do Airbus que já está encomendado ao preço de US\$ 56 milhões. O governo do PT precisa, pelo menos, ter sensibilidade com o ser humano que está sofrendo – afirmou Efraim Moraes.

Tebet: investimento exige menos burocracia no país

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) alertou para a necessidade de o Brasil iniciar imediatamente um processo de desburocratização, como forma de atrair capitais e investimentos internacionais. Ele citou reportagem da revista *Veja* sobre estudo feito pelo Banco Mundial para identificar que países – entre 133 – apresentam mais dificuldades para abrir e fechar empresas. Pelo estudo, o Brasil é classificado como um dos piores do mundo.

Na opinião de Tebet, além de um alerta, o estudo aponta uma oportunidade para o Congresso modernizar a legislação e ajudar a desfazer o “emaranhado burocrático que dificulta o desenvolvimento econômico e facilita a corrupção”. Ainda citando a reportagem, ele disse que as leis e a burocracia interferem no processo natural de vida e morte das empresas.

– Só perdemos para a Índia, onde aliás o presidente Lula está agora, em que se levam 11 anos e três meses para fechar uma empresa. Os países do Pri-



Mário Kalume

ENTRAVES Ramez Tebet destaca pesquisa sobre as dificuldades para se abrir empresa no Brasil

meiro Mundo, em média, fazem isso em um ano e pouco. Estão sendo examinadas duas leis importantes aqui no Senado, a Lei de Falências e a reforma do Judiciário. O presidente Lula afirmou que os empresários brasileiros deveriam chorar menos e vender mais. Não sei qual foi o contexto em que ele disse isso, mas faltou dizer que o setor produtivo tem um lucro de 5% enquanto o setor financeiro tem lucro de 25% – assinalou.

Em aparte, ele recebeu apoio de Ney Suassuna (PMDB-PB) e Mão Santa (PMDB-PI).

Maria do Carmo aponta falta de respeito com Inca

A atenção dispensada pelo serviço público de saúde aos portadores de câncer foi analisada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Depois de discorrer sobre a atuação do Instituto Nacional do Câncer (Inca), destacando sua eficiência na coordenação do Sistema Nacional de Transplantes, Maria do Carmo citou o programa Pró-Mulher, desenvolvido pelo governo de Sergipe e voltado para o diagnóstico e a prevenção do câncer de mama e do colo de útero.

Apesar de assinalar a história de “seriedade e competência técnica” do Inca, a senadora lamentou o envolvimento da instituição em recentes escândalos. “Não bastassem as denúncias, veiculadas pela imprensa, de ingerência administrativa na direção geral do instituto, o Inca se encontraria às voltas, agora, com a tentativa de tráfico de influência”, observou. Na sua opinião, episódios do gênero são resultado “da falta de respeito e responsabilidade com que o Ministério da Saúde vem



Roosevelt Pinheiro

RISCO Elevado número de mortes por câncer leva Maria do Carmo a cobrar mais prevenção

tratando o Inca”.

A morte de 3.953 brasileiras por câncer de colo do útero no ano 2000, segundo dados do Ministério da Saúde, também levou Maria do Carmo a cobrar um maior investimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no diagnóstico precoce desse e de outros tipos de câncer. “Mesmo sendo uma das maiores conquistas do nosso povo, o SUS ainda não está completamente implantado e a população continua a ter dificuldades para conseguir vários atendimentos”, afirmou.

Suplicy: política de renda mínima recebe elogios

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem artigo publicado pelo jornal *Valor Econômico*, na edição de terça-feira, com elogios à Política Nacional de Renda de Cidadania, resultado de projeto de sua autoria aprovado pelo Congresso Nacional. No artigo, escrito pelo professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, Philippe Van Parijs, o programa brasileiro é classificado como “ambicioso, embora razoável” e levou o mundo a ver o Brasil com grande interesse e esperanças e “alguma apreensão”.

Segundo Van Parijs, diferentemente de outros programas voltados exclusivamente para os pobres, o Renda Básica de Cidadania contém o compro-



Artigo de professor belga foi lido em Plenário por Suplicy

misso de atacar a pobreza sem causar dependência e de garantir a todos subsistência diária sem criar armadilhas que excluam os pobres do mercado de trabalho.

“Será que o governo e o povo brasileiros conseguirão realizar a sua promessa de erradicar a fome, de drasticamente reduzir a desigualdade sem prejudicar o dinamismo econômico?” questiona o estudioso.

Além do artigo, o senador pediu que fosse registrado nos Anais do Senado o texto da Medida Provisória 163, por meio da qual foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que entre suas atribuições terá a de efetivar a Política Nacional de Renda de Cidadania.

José Alencar foi vítima da imprensa, afirma Malta

O líder do PL, senador Magno Malta (ES), fez defesa veemente do vice-presidente da República, José Alencar, cujo gabinete, segundo denúncia da imprensa, teria enviado carta recomendando a um hospital carioca a aceitação de um estudante de Medicina na residência médica. De acordo com o senador, Alencar, que construiu sua vida com dignidade, foi exposto na imprensa de forma grosseira.

Magno Malta registrou que espera do governo e do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, o cumprimento



Magno Malta também cobrou compromisso de votação da PEC paralela

do acordo sobre a votação da PEC paralela (77/03 no Senado), que ameniza os efeitos da reforma da Previdência. Segundo o parlamentar, caso o governo não cumpra seus compromissos, sofrerá grandes decepções no Senado, pois os senadores não acreditarão mais na palavra de seus líderes.

Malta ainda manifestou sua solidariedade à família do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PSB), que se recupera de cirurgia para retirada de um rim, em São Paulo.

Viúvas de fiscais perdem benefício da PEC, diz Paim

Em documento ao Senado, sindicato da categoria lembra que trabalhador fica sem a paridade

O senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou ontem ao Plenário que três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados em uma emboscada no município de Unaí (MG). A equipe estava em diligência na zona rural. Os auditores mortos são Néelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lages. O motorista Ailton Pereira de Oliveira chegou com vida ao Hospital de Base de Brasília, mas faleceu em seguida. Paim pediu providências ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal para que o crime não fique impune.



HOMENAGEM Paim pede à Polícia Federal que o crime não fique impune

– No documento que recebi do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, eles registram que, infelizmente, as viúvas dos servidores assassinados não terão os benefícios da Proposta de Emenda à Constituição 77 (a chamada PEC paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência e que tramita na Câmara com o nº 227/04), como a pari-

dade nos vencimentos com os funcionários da ativa – afirmou Paim.

Os auditores fiscais do trabalho enviaram ao senador Paulo Paim um apelo dirigido aos deputados, para que aprove o mais rapidamente possível a PEC 77. O senador pelo Rio Grande do Sul defendeu a realização de um amplo acordo entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para que a matéria seja logo aprovada.

Outro assunto abordado por Paim foi uma notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* informando que a cota para negros já levou mais de 7 mil integrantes dessa raça para as universidades brasileiras. Ele salientou que, nas quatro universidades públicas que adotaram a medida, esses estudantes estão se destacando entre os melhores alunos. O senador defendeu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e Social, de sua autoria.

Juvêncio teme conflito entre índios e fazendeiros

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) advertiu ontem em discurso que a população da cidade de Japorã (MS) está se mobilizando para retomar fazendas invadidas por índios e “é iminente o derramamento de sangue” na região. Ele observou que a mobilização começou depois de duas decisões judiciais que determinaram aos índios a saída das terras invadidas.

Juvêncio acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e integrantes de organizações não-governamentais (ONGs) de incentivarem os índios a invadir 14 fazendas em Mato Grosso do Sul desde o dia 22 de dezembro. Ele ponderou que uma juíza da

Justiça Federal de São Paulo decidiu, em grau de recurso, que os índios deveriam deixar as terras invadidas, mas permitiu que eles “ficassem nas porteiras das fazendas até que o conflito seja resolvido pacificamente”.

– É uma decisão esdrúxula e reforçou os ânimos dos indígenas. Ao mesmo tempo que determinou a reintegração da posse, a juíza autorizou que grupos de até 20 índios fiquem nas porteiras das fazendas. A situação em Japorã e em Iguaçu é muito delicada e pode acabar em sangue – afirmou o senador.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comis-



SITUAÇÃO DELICADA Juvêncio adverte que “derramamento de sangue” é iminente em Japorã

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), informou que sua comissão receberá nos próximos dias, para discutir as invasões de terras por índios, os governadores de Mato Grosso do Sul e de Roraima (Zeca do PT e Flamarion Portela) e os ministros da Justiça e da Defesa, respectivamente, Márcio Thomaz Bastos e José Viegas.



FÓRUM ADEQUADO Osmar Dias quer Senado decidindo reivindicações de minorias

Demarcação de reserva é tarefa do Senado, afirma Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ao Senado para aprovar com urgência a proposta que dá à Casa o poder de debater e decidir sobre as demarcações de terras indígenas e reservas ecológicas do país (PEC 38/99). Segundo ele, por representar os estados da Federação, o Senado é a instância adequada para tomar essas decisões.

O processo de demarcação de re-

servas indígenas tem provocado distorções, conforme o senador, que citou o caso do município de Umarama (PR), onde mais de mil pessoas estão ameaçadas de expulsão de seus 12.500 hectares de terras cultivadas para alojar oito índios da tribo Xetá. O senador explicou que, dentro da área, vivem também 30 famílias. Dos oito índios da tribo Xetá, quatro são funcionários públi-

cos, casados e estão integrados à sociedade brasileira, e os quatro restantes vivem em outras tribos indígenas.

Osmar Dias protestou contra o abuso que teria sido praticado por uma pesquisadora de uma organização não-governamental (ONG), que, em sua tese de mestrado, levantou os dados sobre esses índios e agora está pressionando a Funda-

ção Nacional do Índio (Funai) a desalojar mil pessoas para abrigar oito indígenas.

Ao concluir seu pronunciamento, o senador paranaense ressaltou que os senadores, homens experientes que conhecem a situação específica de seus estados, são as pessoas mais indicadas para opinar e decidir sobre as reivindicações feitas por minorias.

Hélio Costa propõe CPI para investigar máfias da imigração

■ Senador volta ao país em companhia dos brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou ontem que, juntamente com o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), irá propor a criação, no Senado, de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a ação de máfias que aliciam brasileiros e os enviam irregularmente ao exterior.

Os senadores e o deputado federal João Magno (PT-MG) vieram com os 277 brasileiros deportados dos Estados Uni-



RESPONSABILIDADE Hélio Costa espera punição para "traficantes de pessoas"

dos, onde estavam presos por tentativa de ingresso ilegal naquele país. O voo fretado chegou na tarde de ontem no Aeroporto Internacional Tancre-

do Neves, em Confins (MG). Os parlamentares foram aos Estados Unidos negociar a volta dos imigrantes ilegais. Até abril, são esperados mais três voos com 1.100 deportados.

Em entrevista à Rádio Senado, Hélio Costa disse que a viagem foi tranquila e não houve constrangimentos para os detentos no embarque. Hélio Costa informou

já ter entrado em contato com a Polícia Federal para intensificar as investigações sobre as máfias que existem em várias regiões do país, segundo ele,

responsáveis por "um verdadeiro tráfico de pessoas".

– Tem gente menor de idade, moças de 16, 17 anos, portanto, aliciamento de menores, tem falsificação de passaporte, de documentos, perjúrio, todos os crimes que você pode imaginar cometidos por esse grupo que está aliciando brasileiros, especialmente mineiros da região leste de Minas Gerais, para irem para os Estados Unidos e, ao cruzar a fronteira, serem presos pelas autoridades americanas.

De acordo com Hélio Costa, a repercussão dos brasileiros deportados causou uma diminuição de 80% na imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos.

Lúcia Vânia cobra políticas para redução do desemprego

Ao comentar o retorno ao país dos 277 brasileiros presos ao tentarem entrar ilegalmente nos Estados Unidos, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou do atual governo a implementação das políticas anunciadas para reduzir o desemprego e criar 10 milhões de novos postos de trabalho. Lúcia Vânia lamentou a situação desses brasileiros, incluídos aí 35 goianos, "que arriscaram a liberdade em busca do sonho de oferecer uma vida melhor para a família".

– Foram atrás do emprego que não conseguiram aqui no Brasil e acabaram presos e humilhados – observou, elogiando o trabalho, a seu ver excepcional, realizado pelos senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella, que se deslocaram até os Estados Unidos para garantir um tratamento digno a esses cidadãos. Apesar do conforto proporcionado pelo retorno ao país e o reencontro com os familiares, Lúcia Vânia lamentou que o desemprego crescente não traga alento nem expectativa de melhoria de vida.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lúcia Vânia registrou o aumento de 17% no número de trabalhadores sem carteira assinada e a queda de



FRUSTRAÇÃO Para Lúcia Vânia, governo petista deixa "no ar um sentimento de amargura"

12,9% nos rendimentos do trabalhador no primeiro ano da gestão petista.

– Há no ar um sentimento de amargura e de frustração diante das ações de um partido que prometia o paraíso – declarou.

Após "um ano perdido", a senadora tucana informou que é preciso tirar o social da fila de espera e conferir prioridade às políticas de redução das desigualdades e de geração de emprego e renda. De acordo com Lúcia Vânia, a grande mudança operada pelo PT na área social não pode se resumir à unificação dos programas herdados do governo Fernando Henrique.

Ideli vê medidas soberanas para proteger brasileiros

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou ontem a atuação dos senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella e do deputado federal João Magno (PT-MG) nas negociações que tornaram possível a volta ao país de brasileiros detidos nos Estados Unidos.

Segundo Ideli, sem a gestão dos senadores e do deputado essa operação de retorno não teria sido possível. Ela chamou também atenção para a atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do Ministério da Justiça na recepção aos brasileiros. À Força Aérea Brasileira, a senadora agradeceu a cessão de uma aeronave para transportar 12 catarinenses de Belo Horizonte até Florianópolis (SC).

Para Ideli, o sucesso dessa operação mostra a importância das medidas soberanas que o Brasil tem adotado para proteger seus cidadãos e tornar igualitário o tratamento no que se refere ao trânsito e à migração de pessoas entre os dois países.

– O muro que os Estados Unidos ergueram [na fronteira com o México] para impedir a livre circulação é inconcebível para nós que estamos sempre de braços abertos para os estrangeiros. Os Estados Unidos agem de forma bárbara, brutal.



ELOGIO Ideli Salvatti aplaude atuação dos senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella

– assinalou Ideli.

Comércio

A senadora mostrou satisfação com duas notícias publicadas ontem no jornal *O Globo*. Uma trata da forte possibilidade de os Estados Unidos terem de diminuir seus subsídios agrícolas em decorrência de processo aberto pelo Brasil contra aquele país na Organização Mundial do Comércio (OMC). A outra fala da criação do Grupo dos Onze – o G-11, instância a ser encarregada da discussão dos interesses dos sete países mais ricos (hoje integrantes do G-7) e de quatro potências emergentes: Brasil, Rússia, China e Índia.



MUDANÇA Eduardo anuncia projetos para modelo universitário brasileiro

Eduardo quer os pobres na universidade

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou ontem que vai apresentar nos próximos dias três projetos de lei para ajudar a anunciada reformulação do modelo universitário brasileiro, especialmente no que diz respeito aos estudantes vindos das classes menos favorecidas. Segundo o senador, o modelo universitário brasileiro mudou muito pouco desde 1960 e continua sendo um funil que impede o acesso de estudantes pobres.

– Vamos passar por um grande processo de reformulação do modelo universitário brasileiro e acredito que o ministro Tarso Genro tem todas as condições para promover esse debate, como teria o ex-ministro Cristovam Buarque, agora assumindo o mandato de senador que os eleitores do Distrito Federal lhe concederam.

Eduardo explicou que grande parte dos alunos que se formam pelo supletivo e pelo ensino a distância vão para universidades particulares e acabam inadimplentes por não terem condições financeiras de pagamento das mensalidades. Ele assinalou que, para se candidatarem a uma bolsa de estudos pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), os estudantes ainda precisam conseguir um fiador. "Com mais de 100 milhões de brasileiros inscritos no Serasa, como vão arranjar um fiador?"

Um dos projetos que serão apresentados pelo senador estabelece que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destine parte dos recursos que utiliza no financiamento de universidades privadas para o financiamento de bolsas de estudo para alunos pobres.